

Entrevista n.º: 158

Entrevistado: *Paulo Gomes da Silva Filho*

Cargo: Desembargador (aposentado)

Data: 03 de julho de 2012

Local: Museu da Justiça

Duração: 124 min.

Coordenador: Desembargador Ronald dos Santos Valladares

Entrevistador: Gilmar de Almeida Sá

Roteiro: Gilmar de Almeida Sá

Sumário: Adeir Barbosa Lemos



Sumário

Considerações iniciais do coordenador do Programa de História Oral, desembargador Ronald Valladares. Agradecimentos por parte do entrevistado.

Dados pessoais: Nascimento em 03 de maio de 1934 na Cidade de Niterói; Curso Ginásial no Colégio Anchieta; Mudança da família para Petrópolis; Curso científico no Colégio São José; Formatura em Direito pela Faculdade de Direito de Niterói em 08 de dezembro de 1956.

Carreira profissional: Ingresso por concurso público no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE; Casamento na cidade de Petrópolis em 1957 e residência na Cidade de Niterói; Oficial de Gabinete do Ministério da Fazenda a convite do ministro Lucas Lopes, ex-presidente do BNDE; O concurso para promotor de justiça do estado do Rio de Janeiro em 1968; A experiência como professor da Faculdade de Direito de Niterói.

Referências à família: Comentários a respeito do pai, Paulo Gomes da Silva; A influência na escolha da profissão; A atuação do pai como advogado em causas importantes em Niterói. A realização do concurso para o Tribunal de Alçada a pedido do pai. A posse no cargo de juiz do Tribunal de Alçada. A carreira profissional do pai: A preferência pelo magistério; A atuação em Petrópolis e o reconhecimento alcançado nesta comarca. A mudança para a comarca da capital; Membro da Academia Petropolitana de Letras e outras entidades. Colégios onde lecionou. A homenagem feita pelo Tribunal de Justiça ao desembargador Paulo Gomes da Silva. Outros comentários sobre a carreira no BNDE.

Referências ao Ministério Público do antigo estado do Rio de Janeiro: O primeiro concurso para promotor de justiça, ocorrido no governo de Roberto Silveira (1958); A inscrição no concurso; Medo e insegurança; As etapas do concurso e a aprovação; Componentes da banca examinadora; as dificuldades e o apoio do pai; Nome de alguns candidatos; Relato de fato curioso; A posse no cargo de promotor de justiça do antigo estado do Rio de Janeiro em 29 de março de 1960, na comarca de São João da Barra; O exercício da profissão; O alto índice de violência em São João da Barra e a dificuldade de se concluir os processos; A força dos chefes políticos no interior do estado do Rio de Janeiro nos anos 60; Outras lembranças da comarca de São João da Barra. Atuação nas comarcas de Pirai, Valença, Rezende, Campos e Niterói; Designado para auxiliar os procuradores de justiça junto à câmara criminal durante a sua atuação em Niterói; A posição de destaque ocupada pelo Ministério Público fluminense; A eleição do promotor Ferdinando Vasconcelos Peixoto para presidência da Federação do Ministério Público do Brasil; Comentários sobre sua indicação e nomeação para Procurador Geral de Justiça do estado no governo de Raymundo Delmiriano Padilha; A reunião com o governador para discussão dos projetos para o Ministério Público; O empenho para garantir a igualdade de vencimentos de promotores e magistrados.

Tribunal de Alçada: O desejo revelado ao governador de concorrer a vaga para o Tribunal de Alçada a ser criado pelo Tribunal de Justiça; Razões dadas pelo governador contrárias a criação do Tribunal de Alçada; O trabalho desenvolvido na Procuradoria de Justiça; A proposta de cassação do prefeito de Petrópolis; Razões que contribuíram para o retardo da instalação do Tribunal de Alçada do antigo estado do Rio de Janeiro; Comunicação ao governador da candidatura ao Tribunal de Alçada pelo quinto constitucional; Motivos que o levaram a desistência da candidatura; Relato de episódio ocorrido com o procurador Geral do estado da Guanabara, Clovis Paulo da Rocha, durante o governo de Chagas Freitas; A nomeação para o Tribunal de Alçada. A pressão do Judiciário para a criação do Tribunal de Alçada pelo governador Raymundo Padilha; Exposição detalhada de acontecimentos referentes à instalação do Tribunal.

O funcionamento do Tribunal de Alçada: Estrutura e composição; Membros do Tribunal.

Fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara: implicações, ajustes e consequências; A vinda do Tribunal de Alçada do antigo estado do Rio para a capital com apoio decisivo do desembargador Nelson Ribeiro; Os preparativos e a efetivação da mudança; A reforma constitucional que alterou a competência do TJ e os reflexos na competência dos tribunais de alçada; A elaboração da resolução que regulamentou a distribuição dos processos; Concursados que passaram a integrar a nova estrutura do então Tribunal de Alçada Criminal. A especialização da competência dos dois Tribunais de Alçada com jurisdição em todo o estado unificado; Estrutura e local de funcionamento do Tribunal de Alçada do antigo estado do Rio de Janeiro; Permanência na instituição por 23 anos. A nomeação para o TJ na presidência do desembargador Antônio Carlos Amorim; Os períodos a frente da presidência e vice-presidência do Tribunal de Alçada Criminal. Opinião contrária à extinção dos tribunais de alçada.

O processo para apuração da fraude do INSS: A nomeação para relator da Ação Penal; Investigação minuciosa essencial para a condenação dos acusados; A solução encontrada para a dificuldade na administração dos bens sequestrados.

Vice-Presidente do Tribunal de Justiça: O trabalho na Segunda Vice-Presidência; Episódio referente à sua candidatura a Segunda Vice-Presidência; A assunção da Corregedoria Geral de Justiça para conclusão do mandato do antecessor.

Desafios à frente da Corregedoria-Geral de Justiça: A eleição para novo mandato; O escândalo dos cartórios; As melhorias alcançadas a partir do processo de informatização da Corregedoria; A unificação dos sistemas já existentes no Tribunal e na Corregedoria; O cadastramento dos processos com o apoio do NCE; A instalação de máquinas de consulta processual; a criação do Núcleo de Acompanhamento Eletrônico; A instituição da COMAQ (Comissão de Apoio à Qualidade dos Serviços Judiciais); A importante contribuição do desembargador Sérgio Cavaliere no processo de informatização da Corregedoria. O papel do sistema informatizado e o sucesso alcançado; A criação da justiça terapêutica visando a recuperação do infrator; A importância da implantação postos do registro civil em hospitais e maternidades; Ano de sua aposentadoria: (2004). O trabalho desenvolvido pela COMAQ. Comentários sobre a autonomia adquirida pelo Tribunal de Justiça para desativação ou transformação de varas e comarcas; A luta travada para instalação da segunda vara de família em Alcântara; A reeleição para Corregedor; A construção de diversos fóruns; Criação do fórum regional de Jacarepaguá. O aumento do movimento nos fóruns regionais da capital; A experiência com as varas cíveis no fórum da Barra da Tijuca; A importância do sistema de desativação e transformação de varas e comarcas.

Comissão de Ética Pública Estadual (CEPE): O convite feito pelo governador Sérgio Cabral para integrar a Comissão; Demais membros; As falhas e conflitos encontrados no sistema de gestão da ética pública; As mudanças necessárias para melhoria das condições de trabalho; A função do Sistema de Gestão da Ética Pública do Estado do Rio de Janeiro; O papel da ética na Administração Pública. Período mais marcante da sua carreira profissional a frente da Corregedoria. Razões para o não comparecimento à solenidade de aposentadoria. A carta de agradecimento ao Presidente do Tribunal. A dificuldade em se desligar de vez das atividades do Poder judiciário. O significado do termo “estampilhas” utilizado no depoimento. Autorização para a disponibilização do depoimento. Agradecimentos do desembargador Ronald Valadares. Agradecimentos finais do entrevistado.